

PODER

Mulher de Moraes se defende

Advogada divulga nota em que fala pela primeira vez do Caso Master e enfatiza nunca ter atuado em causas do banco no STF

» VANILSON OLIVEIRA

O escritório de advocacia Barci de Moraes Sociedade de Advogados divulgou, ontem, um relatório dos serviços prestados ao empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. O escritório tem como sócia Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O nome do magistrado apareceu em conversas vazadas relacionadas ao processo que investiga uma das maiores fraudes bancárias do país. O escritório garantiu “que nunca conduziu nenhuma causa para o Banco Master no âmbito do STF”.

O nome de Viviane Barci de Moraes e a ligação com Vorcaro ganharam **holofotes no final** do ano passado, quando veio à tona um contrato com o Banco Master estimado em R\$ 129 milhões, que deveria ser pago em três anos. Esta é a primeira vez que o escritório se manifesta publicamente sobre o assunto. Segundo a nota divulgada, a banca foi contratada para atuar entre fevereiro de 2024 e novembro de 2025, prestando consultoria e serviços jurídicos ao banco. O documento afirma ainda que outros três escritórios especializados também foram contratados, formando um corpo jurídico composto por 15 advogados.

O trecho referente à Corte aparece no final da nota. “O escritório esclarece ainda que nunca conduziu nenhuma causa para o Banco Master no âmbito do STF (Supremo Tribunal Federal)”. Ao todo, a nota afirma que o escritório realizou 130 atividades mensuráveis, 94 reuniões de trabalho e 36 pareceres jurídicos, além de consultorias e revisões. A previsão do acordo era que o Banco Master pagasse mensalmente ao escritório Barci de Moraes R\$ 3,6 milhões por esses serviços.

De acordo com o relatório, foram realizadas 94 reuniões de trabalho durante o período de prestação de serviços, sendo 79 delas presenciais na sede do Banco Master. Outras 13 reuniões

Luiz Roberto/TSE



O nome de Viviane Barci e a ligação com Vorcaro ganharam holofotes no fim de 2025, quando veio à tona um contrato de R\$ 129 milhões com o Master

Celular apreendido

A informação foi divulgada no fim do ano passado, depois que o contrato foi encontrado pela Polícia Federal no celular do banqueiro Daniel Vorcaro, apreendido pela corporação. O valor chamou a atenção porque a advogada aparecia em poucos processos judiciais envolvendo o Master.

ocorreram diretamente com a presidência do banco, duas presenciais na sede do escritório e 11 por videoconferência, além de dois encontros virtuais com o departamento jurídico da instituição. As reuniões tinham duração média entre duas e três horas.

Segundo a nota, “foram produzidos 36 (trinta e seis) pareceres e opiniões legais acerca de uma ampla gama de temas, como aspectos previdenciários, contratuais, negociais, trabalhistas, regulatórios, de compliance, proteção de dados e crédito, entre outros”.

O documento frisa ainda que uma das equipes jurídicas atuou na elaboração de pareceres e na revisão de políticas internas do banco

voltadas a áreas como governança e integridade. Entre as atividades citadas estão a revisão do programa de compliance e do Código de Ética e Conduta da instituição, além da elaboração de políticas relacionadas a conflito de interesses, relacionamento com o poder público e licitações.

O relatório lista também a elaboração e revisão de diversos instrumentos de governança, entre eles o Manual de Gestão e Captação de Recursos do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e políticas internas relacionadas à prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLDFT), risco operacional, sucessão de administradores, gestão

de consequências, investimentos pessoais e responsabilidade social, ambiental e climática.

Outra frente de atuação descrita no documento envolveu a análise consultiva e estratégica de investigações e processos judiciais que poderiam impactar o banco. Segundo a nota, “outra equipe do escritório Barci de Moraes, juntamente com os consultores, atuou principalmente na área penal e administrativa, na análise consultiva e estratégica de inquéritos policiais, ações penais, inquéritos civis, ações civis públicas e ações de interesse ou que pudessem produzir reflexos na atuação do Banco Master e de seus dirigentes”.

» Motta: “Apuração imparcial”

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), defendeu uma “apuração imparcial” sobre o caso do Banco Master. As declarações ocorreram ontem em entrevista à Rádio Metrópole, da Bahia. “Esse problema do Banco Master, nós temos analisado que o próprio Supremo Tribunal Federal tem acompanhado de perto e tomado decisões importantes, como a que tomou na semana passada”, disse. “As instituições que estão acompanhando e investigando devem funcionar sem nenhum tipo de interferência e buscando, de maneira correta, a punição eventual de quem cometeu algum tipo de ilícito”, acrescentou. Mensagens vazadas do celular do dono do Master, Daniel Vorcaro, citam reuniões do empresário com Motta.

Saiba mais

Mudança de postura

Nos últimos dias, a advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), contratou uma assessoria de imprensa e passou a prestar esclarecimentos públicos sobre a relação do escritório de advocacia com o banqueiro Daniel Vorcaro. A mudança de postura ocorreu após a revelação de que Moraes trocou mensagens com Vorcaro no dia em o empresário foi preso pela primeira vez na Operação Compliance Zero, em novembro do ano passado.

Ofensiva da CPMI do INSS na Corte

» ALÍCIA BERNARDES

Num dia em que os **três depoentes** esperados não compareceram à sessão da CPMI do INSS, o presidente da comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG), anunciou ações que o colegiado pretende adotar em relação ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Viana informou que vai solicitar, com outros parlamentares, uma reunião com o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, para discutir o equilíbrio entre os Poderes.

Ele criticou decisões judiciais que, segundo sustentou, têm impactado o andamento da comissão. Uma delas é a determinação do ministro Flávio Dino que questionou a validade da aprovação de requerimentos em bloco pela CPMI (leia Saiba mais).

Para Viana, a medida representa uma interferência nas prerrogativas do Parlamento. “As CPMIs votam dessa maneira há anos. Não houve inovação. A Advocacia do Senado já está oficiando os ministros para demonstrar que seguimos o regimento”, frisou.

O parlamentar também anunciou que apresentará requerimento convidando Dino para um diálogo com os integrantes da comissão sobre as decisões que afetaram diretamente os trabalhos do colegiado.

Caso Master

Viana também comentou o vazamento de mensagens do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, que circularam nas redes sociais e incluem conversas privadas do empresário com a então namorada. Ele negou que a divulgação tenha partido da CPMI.

“Não há a melhor condição de se dizer que esses vazamentos

Jefferson Rudy/Agência Senado



Carlos Viana (D) negou vazamento: “A presidência (da CPMI) não divulgou oficialmente nenhuma quebra de sigilo ou diálogo”

Sem oitivas

Os depoimentos foram cancelados depois que as testemunhas apresentaram justificativas de compromissos previamente agendados ou decidiram não comparecer com base no entendimento de que a decisão de Flávio Dino tornou sem efeito os requerimentos aprovados no dia 26 passado. Uma das depoentes seria a empresária Leila Pereira, presidente do Palmeiras e da Crefisa. Também não compareceram o CEO do Banco C6 Consignado, Artur Brotto Azevedo; e o presidente da Dataprev, Rodrigo Assumpção.

aconteceram pela CPMI. A presidência não divulgou oficialmente nenhuma quebra de sigilo ou diálogo”, declarou. Segundo ele, os dados passaram por diferentes instâncias, como a Polícia Federal e a Presidência do Senado, ampliando o número de pessoas que tiveram acesso ao material.

Conforme o senador, a CPMI vai insistir no comparecimento de Vorcaro à comissão. Ele afirmou ter reunião amanhã com o ministro André Mendonça, relator do Caso Master na Corte, para pedir a revisão da decisão que tornou facultativa a presença do empresário no colegiado.

O parlamentar argumentou que o fato de Vorcaro estar preso em Brasília facilitaria a condução dele ao Senado para prestar esclarecimentos, já que não haveria necessidade de deslocamentos

complexos ou custos adicionais para viabilizar o depoimento.

Viana enfatizou que a presença do banqueiro é fundamental para o avanço das investigações pela comissão. “O que eu pretendo é que o Supremo nos dê o direito de trazê-lo, como determina a Constituição e as leis que regem a CPMI. Ele tem muito a esclarecer ao país”, destacou.

De acordo com o senador, o encontro com Mendonça busca manter o “diálogo institucional entre os Poderes”, mas também assegurar que o Congresso tenha garantidos os instrumentos legais necessários para conduzir as investigações. “Espero que o Supremo nos ajude a dar um resultado mais positivo nessa investigação, que interessa a todo o Brasil”, disse.

Além da questão envolvendo

Vorcaro, Viana informou que pretende pedir ao STF a revisão de habeas corpus concedidos a pessoas convocadas pela CPMI e que acabaram dispensadas de comparecer às sessões do colegiado.

Em relação aos próximos passos da CPMI, o presidente afirmou que a sessão desta semana será dedicada apenas a manifestações dos parlamentares. A votação de novos requerimentos de convocação deverá ocorrer na quinta-feira. Viana frisou ainda que não pretende colocar em pauta novos pedidos de quebra de sigilo até que o STF esclareça os critérios exigidos para esse tipo de deliberação. “Hoje há uma insegurança jurídica muito grande. Precisamos saber quais são os instrumentos que o Parlamento pode utilizar para investigar”, concluiu.

Entenda o caso

Filho de Lula

» O ministro Flávio Dino, do STF, anulou a votação da CPMI do INSS que aprovou, em 26 de fevereiro, 87 requerimentos de quebras de sigilos e convocações de investigados. O magistrado justificou, na decisão de 5 de março, que os requerimentos não poderiam ter sido votados em bloco como ocorreu. Deveriam ter sido apreciados individualmente.

» Ao estender os efeitos de uma decisão favorável à empresária e lobista Roberta Luchsinger, Dino anulou a aprovação de todas as quebras de sigilo aprovadas pela comissão criada para investigar esquema de fraudes em descontos associativos e consignados.

» Com isso, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) não enviou os relatórios de inteligência financeira que mostram transações suspeitas de pessoas e empresas investigadas.

» Entre os dados bancários que acabaram barrados, os dos empresários Daniel Vorcaro, do Banco Master, e Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

» A CPMI mira empréstimos consignados do Master e a relação de Lulinha e Roberta com o empresário Antonio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS, apontado como personagem central do esquema de descontos ilegais a aposentados.